

Boletim Internacional



Ano VI n° 13 19.04.2006

BC produziu retração econômica

"A retração econômica foi produzida notadamente pelo BC"

Iedi afirma que juro alto não permite aumento do investimento e da produtividade

Por: Luiz Rocha

Em estudo intitulado "Não Temer o Crescimento", o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Econômico e Social (Iedi) mostra que "existem condições concretas e objetivas para o Brasil sustentar um rápido crescimento econômico nos próximos anos", desde que a política de juros altos do Banco Central seja revista. "O crescimento de 2,3% do PIB brasileiro em 2005 foi modesto, considerando-se tanto o dinamismo da economia mundial, principalmente dos países emergentes, quanto os intentos de desenvolvimento nacional. Por trás desse desempenho pouco alentador está a política monetária balizada pelo sistema de metas inflacionárias. O principal instrumento para conter a inflação desse sistema no Brasil tem sido a taxa de juros".

Conforme a análise do Iedi, "a redução da inflação é obviamente uma meta válida e necessária para a estabilidade macroeconômica. Contudo, metas de inflação devem ser perseguidas de modo responsável para não inviabilizar o próprio crescimento sustentável da economia". "A principal diferença entre a desaceleração atual e as anteriores é que, desta vez, a queda no nível de atividade econômica não resultou de um fator exógeno, como um racionamento de energia, uma crise externa ou um ataque especulativo à moeda brasileira. Desta vez a retração do nível de atividade foi produzida pelo governo, notadamente pelo Banco Central, para fazer a inflação convergir para um valor próximo da meta ajustada de 5,1% estabelecida para 2005".

JUROS ALTOS - O Iedi contestou o argumento de que "diante da forte aceleração do crescimento do PIB em 2004, o Banco Central teria sido obrigado a elevar a taxa básica de juros para evitar que o superaquecimento da economia gerasse pressões inflacionárias de demanda e, portanto, inviabilizasse a convergência da inflação para as metas estipuladas pelo Conselho Monetário Nacional". Diante de tal argumento, o Iedi questionou: "Como saber se a economia está aquecida? A resposta reside na diferença entre o seu produto potencial – aquele que um país atinge quando seus fatores de produção (trabalho, capital, etc.) estão plenamente empregados – e o produto registrado de fato. Todavia, a partir dessa resposta, emerge outra questão: a de como estimar o produto potencial, pois só assim será possível ver o quão forte está a pressão sobre os preços exercida pela demanda interna. O fato é que, por maior que seja a sofisticação matemática do método adotado para estimar o produto potencial, todas as metodologias, inclusive a adotada pelo Banco Central, tendem a extrapolar o passado recente para o futuro".

Continuando a análise, diz o Iedi que "assim, estimativas de produto potencial ou de hiato do produto devem ser utilizadas com cuidado e pragmatismo na condução da política monetária. No caso do Brasil, isto significa projeções muito conservadoras e possivelmente auto-realizáveis sobre a capacidade de crescimento da economia. Se o passado recente foi de lento crescimento, projeta-se um crescimento lento para o produto potencial e, à medida que a política monetária se guie por tal estimativa, ela pode acabar produzindo um baixo crescimento projetado inicialmente. Ou seja, o Banco Central pode acabar 'produzindo' um hiato de produto que justifica sua política monetária".

Outro ponto considerado "relevante" pelo Iedi "concerne à constatação de que a taxa de inflação não depende exclusivamente de fatores de demanda, depende também de fatores de oferta. Como choques de oferta podem alterar a inflação independentemente do nível de atividade da economia, estimativas de produto potencial não são um bom indicador para o comportamento da inflação. Por fim, cumpre asseverar que o crescimento de hoje determina o investimento e a produtividade de

amanhã, fazendo com que as taxas de crescimento efetivo e potencial não são um bom indicador para o comportamento da inflação”.

DESEMPREGO - No estudo, o Iedi apontou as condições “concretas e objetivas” para levar o país ao crescimento sustentado: “Em primeiro lugar, a taxa de desemprego ainda é elevada no país, situação que permite um rápido crescimento do emprego sem gerar pressões inflacionárias excessivas via aumento do salário real médio da economia. Segundo, como grande parte da força de trabalho brasileira está empregada em setores de baixa produtividade do trabalho, a aceleração do crescimento levará a um aumento da taxa de crescimento da produtividade pela simples transferência de trabalhadores dos setores ‘atrasados’ para os setores ‘modernos’. Terceiro, pelo lado do capital, a taxa de investimento do Brasil normalmente responde rapidamente a uma aceleração do crescimento. Logo, dada uma expansão rápida do PIB por dois anos consecutivos, é plausível esperar um grande aumento da taxa de investimento, o que por sua vez aumentará o estoque de capital e a capacidade produtiva da economia. Ademais, com o aumento do investimento em novas máquinas, equipamentos e estruturas também vem associado a novas tecnologias, a própria aceleração do crescimento e do investimento traz consigo um aumento estrutural da produtividade e da eficiência da economia”.

Segundo o Instituto, “as atuais condições internas e externas favorecem o rápido crescimento da economia brasileira por um longo período. Para que esta oportunidade seja aproveitada é preciso, antes de tudo, não temer o crescimento econômico”. E isso “não significa relaxar o controle da inflação, mas simplesmente trabalhar com um horizonte de tempo maior. Matar prematuramente uma expansão por medo da inflação pode até inviabilizar a própria política de metas de inflação, pois se a política monetária não permite um aumento do investimento e da produtividade, o produto potencial não cresce e qualquer pequena expansão da economia sempre parecerá inflacionária”. (*Agência CUT Notícias, 18.04.2006*)

Pisos salariais ainda são baixos

81% dos pisos salariais não superam dois mínimos, revela estudo do Dieese

Estudo realizado pelo Dieese mostra que os pisos salariais brasileiros apresentam baixos patamares e continuam tomando como principal referência o valor do salário mínimo. O levantamento feito com base nas remunerações mínimas registradas em 2005 mostra que metade dos pisos valem entre 1 e 1,5 mínimos e cerca de 81% não ultrapassam 2 salários mínimos. Desde o dia 1º de abril o mínimo passou para R\$ 350, mas estava em R\$ 300 antes do último reajuste.

Para o Dieese, esse cenário de remuneração reforça a necessidade de uma política de valorização do salário mínimo que possa elevar o patamar salarial e melhorar a distribuição de renda.

Foram analisados 376 negociações firmadas ao longo do ano e registradas no Sistema de Acompanhamentos de Salários (SAS), sendo que apenas 5,3% dessas negociações superaram a margem de três salários mínimos. Outros 25,3% dos pisos ficaram situados entre 1,01 e 1,25 salários mínimos.

Se comparados os dados do ano passado com o levantamento de 2004 é possível observar que os pisos registraram aumentos nominais. Em 2005 o piso médio foi de R\$ 495,52, enquanto a média salarial do ano anterior havia sido de R\$ 439,34. Se esses valores são convertidos no valor do salário mínimo vigente na ocasião, a média fica praticamente inalterada, sendo equivalente a 1,73 no ano passado e 1,74 em 2004.

As remunerações básicas mais elevadas foram encontradas no setor de serviços, no qual mais de 40% das negociações resultaram em pisos superiores a 2 mínimos. Esse percentual é de 8% no comércio, e de 10,9% na indústria. Por outro lado, 30,3% dos pisos da indústria estão na faixa até 1,25 salário mínimo, e 22% no comércio se situam nesse patamar, contra 17,5% dos serviços.

Nos serviços, foi encontrada a maior média para os pisos salariais, de 2,19 salário mínimo (R\$ 662,24). A menor é da indústria, com 1,52 mínimo (R\$ 441,13). O comércio ficou entre os dois, com 1,62 salário mínimo (R\$ 457,45). Os trabalhadores do setor rural, por sua vez, registraram piso salarial médio de 1,18 salário mínimo (R\$ 349,04). (*Valor Econômico, 20.04.2006*)

O estudo pode ser obtido na página do SindLab. Acesse o link :

http://www.sindlab.org/download_up/EP%2019%20abr%202006%20pisos%20salariais.pdf

Vamos participar deste manifesto !

Carta aberta do povo brasileiro : Em defesa do governo do Presidente Lula

O Brasil é uma nação desigual. No mesmo solo, convivem a riqueza e a miséria o doutorado e o analfabetismo e tantas outras desigualdades gritantes que afrontam a dignidade humana.

Porém, nunca como agora as classes menos favorecidas foram alvos de tanta consideração por parte do governo federal. Os projetos sociais implementados pela administração do Presidente Lula, como o Bolsa Família, o Bolsa Escola, o Pro Uni, a Farmácia Popular, o Luz Para Todos, entre outros, estão, de fato, promovendo o resgate da cidadania dos pobres desse país, relegados durante décadas ao papel de coadjuvantes da História Brasileira, servindo apenas como mão-de-obra barata para ampliar as vantagens econômicas e sociais desfrutadas pelas elites.

O projeto de nação igualitária e justa que sonhamos começou a ser realizado quando a administração do Presidente Lula teve início. Estamos vivenciando um momento único: a construção da história. Não temos dúvidas de que a atuação do Governo Lula é uma das ferramentas que está permitindo a transformação do poder nesse país.

No entanto, essa atenção do governo aos mais pobres despertou a ira de muita gente, aqueles que sempre viveram às custas da exploração do povo. Acostumadas a ser as únicas beneficiárias dos recursos produzidos pela nação as elites desencadearam, com o apoio de parte expressiva da mídia nacional, uma campanha como poucas vezes se viu para inviabilizar o governo do presidente Lula. No entanto, depois quase 1 ano de bombardeio intenso de duas CPIs, com cobertura ampla e engajada da mídia, o prestígio do presidente continua inabalável. Isso porque, além dos benefícios proporcionados pela política social e econômica, o povo percebe que as instituições da República estão cumprindo a sua função. As irregularidades estão sendo apuradas e os responsáveis punidos pela Justiça. Nunca a Polícia Federal e o Ministério Público atuaram tanto contra a corrupção, bem diferente dos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso, quando o Procurador Geral da República ficou conhecido como Engavetador Geral, por esconder na gaveta todos os processos que contrariavam os interesses do governo FHC.

Como a campanha sistemática contra o presidente não afetou o prestígio do presidente Lula, que continua liderando as intenções de votos para a próxima eleição presidencial, surge agora, no bojo do movimento oposicionista, rumores cada vez mais fortes sobre a proposta de impeachment do presidente da República, patrocinada por setores reacionários da Ordem dos Advogados do Brasil, com o apoio entusiasmado do PSDB e do PFL (este de tradição golpista que remonta a velha UDN e passa pela Arena, que apoiou a ditadura militar) e da mídia que não suporta ver o povo como protagonista da História.

A estes que pretendem espezinhar a vontade do povo brasileiro manifestada na votação histórica obtida pelo presidente Lula, e corroborada atualmente pelas pesquisas eleitorais, um aviso: não ousem afrontar os desígnios do povo. Não queiram ver o circo pegar fogo! Nós que apoiamos o governo do Presidente Lula vamos perseverar na luta para que o presidente termine o seu mandato e concorra à reeleição, como é seu direito. Não vamos tolerar tentativas golpistas patrocinadas por setores retrógrados da sociedade que querem a volta da política de privatização implementada pelo governo do PSDB-PFL.

Não ao golpe!

Não ao impeachment!

Pela reeleição do Presidente Lula!

Lula não está só porque Lula é muitos! Lula somos todos nós!

Com o intuito de reforçarmos nosso apoio ao Presidente Lula, redigimos esta carta, com o apoio de vários grupos, blogs e comunidades. A proposta é colhermos maiores números de assinaturas, para encaminharmos ao Presidente Lula, mídia, OAB, enfim a todos os órgãos possíveis. Mostre o seu apoio assinando e colhendo assinaturas de parentes, amigos, etc.

Para assinar basta enviar seu Nome, Profissão, Cidade e Estado para o e-mail:

companheiro.lula@yahoo.com.br ou apoio.lula.2006@gmail.com

OIT discutirá trabalho decente nas Américas

A XVI Reunião Regional da Organização Internacional do Trabalho (OIT) será realizada pela primeira vez no Brasil, de 2 a 5 de maio, no Centro de Convenções, em Brasília. Participarão do encontro delegações tripartites (representantes de governo, empregadores e de trabalhadores) de 35 países das Américas e do Caribe.

Segundo a diretora-geral da OIT no Brasil, Laís Abramo, a reunião tem o objetivo de buscar caminhos para enfrentar a persistência do desemprego e a precariedade nas condições de trabalho. O tema central será a promoção do trabalho decente.

O evento abordará as políticas e ações concretas para criar uma Agenda Hemisférica para Geração de Trabalho Decente. A agenda toma por base as decisões da IV Cúpula das Américas, realizada em Mar Del Plata, Argentina, em novembro do ano passado. Nesse evento, chefes de estado e de governo dos países americanos aprovaram uma declaração política para a criação de trabalho decente, como forma de reduzir a pobreza e fortalecer a democracia.



A XVI Reunião Regional da OIT contará com a presença do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do diretor-geral da OIT, Juan Somavia, na cerimônia de abertura, marcada para o dia 3. O primeiro dia de evento será reservado ao credenciamento e às reuniões de grupos.

Mostra - O Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) desenvolve ações e programas visando à geração de emprego e renda e a garantia do trabalho decente, tais como o Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE), o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, o Grupo Móvel de Combate ao Trabalho Escravo; sistemas de gestão eletrônica no mundo do trabalho, como o Sistema Nacional de Emprego (Sine), o Cadastro Nacional de Empregados e Desempregados (Caged) e a Relação Anual de Informações Sociais (Rais); além da criação do Fórum Nacional do Trabalho e a integração do Sistema Público de Emprego.

Emprego - De acordo com o último Panorama Laboral Latino-Americano divulgado pela OIT no final do ano passado, 18,3 milhões de trabalhadores urbanos não têm emprego na América Latina, e seis em cada dez novos empregos são criados em condições de precariedade na economia informal na região.

No mundo, há aproximadamente 192 milhões de pessoas desempregadas, o que equivale a 6% de toda a força de trabalho. Quase metade - 86 milhões - é formada por jovens entre 15 e 24 anos. Isso sem contar que metade de todos os trabalhadores no mundo (cerca de 1,4 bilhão) vive com menos de US\$ 2 por dia.

Trabalho decente - No dia 3, será apresentado um relatório global elaborado pela OIT sobre o trabalho decente. O documento apresentará números relativos ao mercado de trabalho, fará uma análise das taxas de crescimentos dos países e apresentará propostas para que o crescimento seja contínuo.

Laís Abramo adianta que o Brasil aparece neste relatório, em destaque em vários aspectos. Um dos exemplos é a postura do governo brasileiro diante do trabalho escravo e com relação à discriminação racial e étnica no mercado de trabalho.

Além dos países americanos, participam do evento representantes da França, Holanda, Reino Unido, Portugal e Espanha.

Aids - Em seguida à realização da reunião, acontece o encontro "Aids e o mundo do trabalho na América Latina e Caribe", também no Centro de Convenções. O objetivo da reunião é partilhar informações sobre o que está sendo feito para combater a Aids no local de trabalho e para avançar no diálogo e na parceria entre governos, organizações de trabalhadores e empregadores, sociedade civil e de pessoas convivendo com Aids.

Agenda mundial - A promoção de uma agenda de Trabalho Decente baseia-se, internacionalmente, no seguinte pilar: a geração de emprego com proteção social, com respeito aos princípios fundamentais e direitos no trabalho, e com diálogo social. Uma das metas é promover oportunidades para que mulheres e homens possam obter trabalho decente e produtivo, em condições de liberdade, igualdade, segurança e dignidade humana.

A última Reunião Regional Americana da OIT foi realizada em Lima, Peru, em dezembro de 2002. Durante quatro dias de debate, mais de 160 delegados, inclusive ministros do Trabalho, líderes sindicais e dirigentes de empresas, representando 35 países americanos, examinaram a realidade social e econômica da América Latina e do Caribe. Globalização e Trabalho Decente foram os temas que pautaram a dinâmica dos debates. (*Assessoria de Imprensa do MTE*, 17.04.2006)

1º de maio : Boicote aos EUA

Nenhum latino-americano residente nos Estados Unidos deverá ir para o trabalho ou para a escola no próximo dia 1º de maio. Também nos países latino-americanos, especialmente nos que mais enviam imigrantes, a população deverá boicotar os produtos vendidos por empresas estadunidenses. A campanha anti-estadunidense é parte das manifestações realizadas por migrantes que exigem uma lei migratória nos Estados Unidos mais integral e mais humana.

Mensagens enviadas pela Internet foi a maneira encontrada pelo manifestantes para que o protesto alcance todos os latinos: "Em 1º de maio não saia às ruas e não compre nem um só produto dos Estados Unidos. Nesse dia, o governo perderá toneladas de dinheiro e se dará conta de que quem sustenta sua economia são os migrantes", diz uma mensagem eletrônica. Outra: "Lembrem, nada de gringo no primeiro de maio" A imprensa também foi convocada para divulgar a causa.

O dia sem os imigrantes pretende mostrar a força que tem a mão de obra latina na economia norte-americana e impedir que o governo desse país aprove leis antimigratórias que são agressivas aos direitos humanos. Entre elas: a construção do entre os EUA e o México, a criminalização e aumento de penas contra os sem documentos e a punição para cidadãos norte-americanos que os ajudem.

Parte dessas propostas já foram aprovadas pela Câmara Federal em dezembro de 2005, mas ainda precisam ser votadas no Senado. Senado que fracassou na semana passada na tentativa de fechar um acordo que permitiria legalizar mais de sete milhões de imigrantes sem documentos, dos 12 milhões no total, que vivem nos EUA.

Organizações dos movimentos sociais no México e na Guatemala já se pronunciaram em apoio aos migrantes: a Central Geral de Trabalhadores da Guatemala (CGTG) apoiará todas as medidas contra a reforma migratória. Além de participar do boicote, a Central está organizando uma manifestação em frente a embaixada dos EUA.

No México, os sindicatos, grupos políticos e comunitários, jornalistas e alguns escritórios governamentais se uniram aos migrantes. Bispos da Igreja Católica pediram, durante a homilia da Sexta-Feira Santa que os católicos mexicanos apoiem o boicote comercial contra os EUA. Em declarações à imprensa mexicana, Pablo González, porta-voz da Federação Revolucionária de Trabalhadores e Camponeses, disse que sua organização apoiará um boicote contra "pelo menos quatro das empresas mais importantes dos Estados Unidos, entre elas o Wall-Mart", uma das maiores empresas no mercado mexicano. (*ADITAL*, 18.04.2006)

CNM Internacional é o boletim informativo da Confederação Nacional dos Metalúrgicos – CNM-CUT

Secretário Geral da CNM : Fernando Lopes

<http://www.cnmcut.org.br>